



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
LÍNGUA INGLESA

1 HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960).

Em 19 de dezembro de 1960, tomou posse José Rodrigues da Silveira Netto, que ocupou a Reitoria durante oito anos e meio (dez. 1960 a jul. 1969).

A primeira reforma estatutária da Universidade aconteceu em setembro de 1963, quando foi publicado o novo Estatuto no Diário Oficial da União. Dois meses após a reforma estatutária, a Universidade foi reestruturada pela Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Nesse período, foram implantados novos cursos e novas atividades básicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e, também, o aperfeiçoamento das atividades-fim da Instituição.

Uma nova reestruturação da Universidade foi tentada, em 1968, com um plano apresentado ao Conselho Federal de Educação. Do final de 1968 ao início de 1969, uma série de diplomas legais, destacando-se as Leis nº 5.539 e 5.540/68, estabeleceu novos critérios para o funcionamento das Universidades. De julho de 1969 a junho de 1973, o Reitor foi Aloysio da Costa Chaves, período em que o Decreto nº 65.880, de 16 dezembro de 1969, aprovou o

novo plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará, criando Centros, e extinguindo as Faculdades existentes, e redefinindo as funções dos Departamentos.

Em 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977 para atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978.

Clóvis Cunha da Gama Malcher tomou posse em julho de 1973 (jul. 1973 a jun. 1977), seguido por Aracy Amazonas Barretto (jul. 1977 a jun. 1981) e Daniel Queima Coelho de Souza (jul. 1981 a jun. 1985). No exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data. José Seixas Lourenço ocupou a Reitoria no período de julho de 1985 a junho de 1989, Nilson Pinto de Oliveira, de julho de 1989 a junho de 1993, Marcos Ximenes Ponte, de julho de 1993 a junho de 1997, e Cristovam Wanderley Picanço Diniz, de julho de 1997 a junho de 2001. Nos períodos de 2001 a 2005 e 2005 a 2009, foi Reitor da Universidade Federal do Pará, o Prof. Alex Bolonha Fiúza de Mello. Nos períodos de 2009 a 2012 e 2012 a 2016, foi Reitor Prof. Carlos Edilson Maneschky. O atual Reitor é Emmanuel Zagury Tourinho.

De acordo com o Regimento da Reitoria atualmente em vigor, a missão da UFPA é: "Gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônida, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, por sua vez sustentados em princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa." (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2002).

A UFPA, atualmente, é uma das maiores e mais importantes instituições do Trópico Úmido, abrigando uma comunidade composta por mais de 50 mil pessoas, assim distribuídas: 2.368 professores, incluindo efetivos do ensino superior, efetivos do ensino básico, substitutos e visitantes; 2.337 servidores técnico-administrativos; 6.861 alunos de cursos de pós-graduação, sendo 2.457 estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*; 31.174 alunos matriculados nos cursos de graduação, 20.460 na capital e 10.714 no interior do Estado; 1.851 alunos do ensino fundamental e médio, da Escola de Aplicação; 2.916 alunos dos Cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação Social (ILC), Instituto

de Ciência da Arte (ICA), Escola de Teatro e Dança, Escola de Música e Casa de estudos Germânicos, além de 664 alunos dos cursos técnico-profissionalizantes do ICA. Oferece 338 cursos de graduação e 39 programas de pós-graduação, com 38 cursos de mestrado e 17 de doutorado (obs.: dados referentes a abril de 2008).

A UFPA tem como visão, ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada a sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural e estabelece como princípios: (a) a universalização do conhecimento; (b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; (c) o pluralismo de ideias e de pensamento; (d) o ensino público e gratuito; (e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; (g) a excelência acadêmica; e (h) defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O primeiro curso de Licenciatura em Letras em Bragança foi implantado em 1987. Tratava-se de curso de Letras Língua Portuguesa, na modalidade intensiva, que passou a funcionar como extensivo em 1993, a partir da contratação de três professores para o campus ? apesar de algumas disciplinas ainda continuarem a ser ministradas por professores do Campus de Belém, de onde o curso passou a ser flexibilizado em 1987.

Com a identificação da necessidade local de profissionais qualificados em outras línguas, em 2006, no campus de Bragança, forma-se a primeira turma de Letras Língua Inglesa, na modalidade intensiva, em parceria com o campus de Soure. Essa ação deu início ao atendimento à crescente demanda existente na região. Não obstante, avaliou-se que a criação de um curso de licenciatura em Letras na modalidade extensiva viabilizaria, em maior proporção, a qualificação de profissionais para atuarem tanto no ensino de línguas quanto em outros setores que essa formação possibilita.

O PPC de licenciatura em Letras Língua Inglesa do Campus de Bragança, constituído de acordo com a LDB 9.394/96, acompanha a matriz curricular prevista para as licenciaturas e ancora-se nas prerrogativas das resoluções subsequentes do Conselho Nacional de Educação ? MEC.

Esta proposta de projeto pedagógico, em sua versão original, teve origem em significativa discussão sobre a necessidade de sua implantação, a partir da constatação de demanda local e regional que se evidenciou mais claramente na primeira década do século XXI. Segundo

dados da SEDUC - PA, Undime, Instituições Públicas de Educação Superior e CAPES (TEATINI, 2009), em relação a professores em exercício com formação inadequada à LDB, em 2009, o estado do Pará apresentava para o Ensino Fundamental em séries iniciais, 8.903 de déficit / desvios de formação na rede municipal, 1.683 na rede estadual e; em anos finais do Ensino Fundamental e Médio os totais eram de 36.057 na rede municipal, 5.081 na rede estadual, apontando para uma redução de 50% na função docente. Estas estatísticas refletiam-se de forma mais acentuada nos municípios do interior do estado e em disciplinas como línguas estrangeiras a carência era ainda mais evidente. Esta realidade motivou ações articuladas como a realização de turmas do PARFOR e reforçou a conscientização da necessidade de docentes com formação em Língua Inglesa no município de Bragança. A abertura de concursos públicos para provimento de vagas de professores de língua Inglesa como constatado pelo edital No. 01/2007 - SEAD/SEDUC de 09 de novembro de 2007, Concurso público C-125, e mais recentemente o Edital de Seleção Simplificada No. 005/2016 SAEN/SEDUC sedimentam a iniciativa da UFPA, campus de Bragança em ofertar esta formação em Língua Inglesa.

Assim, desde sua primeira versão, este projeto tem se empenhado em aproximar a UFPA de necessidades sócio-educacionais identificadas no município de Bragança, em um processo contínuo de reavaliações para a adequada adaptação à dinamicidade das condições e exigências da região. O curso de Licenciatura em Língua Inglesa, n. 114875, foi avaliado em loco para fins de reconhecimento, em setembro de 2013, por avaliadores do MEC tendo recebido nota quatro (04), segundo processo n. 201206412. Com as orientações advindas da avaliação de 2013 e considerando a necessidade de atualizações condizentes com as legislações (Lei nº 9.795/1999, Decreto nº 4.281/2002 e Resolução do CNE/CP nº 2/2012 (Art. 19) que discorre sobre a Educação Ambiental nas atividades do curso, de modo transversal, contínuo e permanente; Resolução CNE/CP Nº 01/2004, Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Lei nº 11.645/2008 que trata das temáticas de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Resolução do CNE/CP nº 1/2012 que trata da Educação em Direitos Humanos e mais recentemente na resolução No. 02 de 30 de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e para a formação continuada), o Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de Letras mobilizou-se para reavaliar a estrutura do curso, repensando ementas e cargas horárias, incluindo atividades curriculares necessárias à construção de uma identidade profissional mais comprometida com a realidade atual. As decisões do NDE aprovadas em ATA da faculdade de Letras datada de 07/02/2017. Já atribuíam ao curso um novo perfil, entretanto ainda sem a

resolução definitiva do CONSEPE, o processo de Renovação de Reconhecimento de Curso No. 201616850 apresentou os dados do PPC de 2011, aprovado pela Resolução No. 3.742 de 18/08/2008.

O propósito essencial deste projeto de curso é desenvolver competências para uma educação de qualidade, reafirmando a responsabilidade pública desta instituição de ensino, tendo por base a reflexão sobre os fatos que constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino: (a) a concepção sobre conhecimento, educação e ensino como aspecto basilar para garantir o projeto da educação nacional, para superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação. (b) a formação docente tendo em pauta a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; (c) o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; (d) a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros.

A partir destes princípios gerais norteadores, o currículo do curso de Licenciatura em Língua Inglesa, agora re implementado pela Resolução No.02 de 01 de Julho de 2015, objetiva proporcionar ao futuro professor de Língua Inglesa a construção de uma identidade profissional pautada na sua realidade espaço-temporal que lhe propicie: (a) a aquisição de habilidades e competências para atuar de maneira eficiente nos mais diferentes níveis e interfaces da educação; (b) a construção de sua formação acadêmica de maneira ampla e integrada, onde dialoguem os conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, materializados por meio da socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo; (c) o desenvolvimento de sua autonomia com ênfase em ações de formação continuada; e (d) sua inserção no mercado de trabalho local, regional e nacional.

No mundo atual, a Língua Estrangeira (LE) é ferramenta, indiscutivelmente, importante para a comunicação entre os povos, assim como para a produção de conhecimento científico e tecnológico. Somos participantes de um mundo que se tornou irreversivelmente integrado em virtude dos incríveis avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. O homem da atualidade não pode permanecer preso exclusivamente em seu espaço geográfico e cultural. O contato permanente com outras realidades, outros povos, outras culturas, outras

línguas exige da sociedade atual uma educação que propicie a todos os cidadãos o acesso à aprendizagem de uma ou várias línguas estrangeiras que atuarão como o principal veículo de propagação da ciência, da tecnologia, do pensamento político, filosófico e também do intercâmbio econômico e financeiro. Conseqüentemente, na academia, as línguas estrangeiras ocupam um papel de extrema importância na vida de qualquer estudante, seja para a apropriação de conteúdos em textos produzidos em outras línguas, seja com finalidade de avanços de verticalização aos programas de pós -graduação que exigem a competência em uma ou mais línguas, seja para a viabilização da participação em eventos internacionais, seja para integrar grupos de pesquisa com participação de pesquisadores internacionais, seja para produção e publicação de artigos que assim exijam, seja para a elaboração de abstracts. Na esfera técnico-profissional, em diferentes áreas, a presença das línguas estrangeiras também é cada vez mais evidente. A língua Inglesa, fazendo jus ao seu estatuto de ?língua global? tornou-se uma exigência patente do mercado de trabalho e uma ferramenta indispensável ao domínio de tecnologias.

Portanto, é tarefa do Curso de Letras Língua Inglesa formar futuros profissionais da área, priorizando o desenvolvimento do senso crítico e de competências e habilidades na língua e cultura estrangeira em questão.

Para atender a essa demanda e manter a qualidade da oferta, este projeto prevê a oferta de apenas trinta (30) vagas anuais, com alternância da entrada entre os turnos matutino e noturno, isto é, a cada ano a oferta será realizada para um dos turnos determinados. Isto se deve à própria característica do curso, pois o ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira requer mais atenção e acompanhamento por parte dos professores formadores, principalmente, nas atividades curriculares de língua que visam a aprendizagem desta LE aos futuros professores da educação básica.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 30

Turno: Matutino

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Turno: Noturno

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.50 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 3200 hora(s)

Título Conferido:

Período Letivo: Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Resolução No. 3.742 de 18/08/2008 em conformidade com a Res. n. 629 de outubro de CONSUN

Ato de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC No. 730 de 19/12/2013. DOU 20/12/2013

Ato de Renovação: Processo No. 201616850

Avaliação Externa:

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Uma reflexão epistemológica tem a importância de revelar os princípios que regem um determinado domínio teórico, permitindo avaliar a coerência teórica em relação aos objetivos dos trabalhos científicos. Os princípios epistemológicos do projeto de Licenciatura em Língua Inglesa buscam propiciar ao aluno, compreensão interdisciplinar e de totalidade, pautados na historicidade, na criticidade, na diversidade, na construção coletiva do conhecimento, na articulação teórico-prática, nos fundamentos pedagógicos, nos direitos humanos e na cidadania.

Em conformidade com a sua missão institucional e com o disposto no item 7 do PDI (2011-2015), a Universidade Federal do Pará reconhece que, para a formação de profissionais qualificados, deve prevalecer uma educação assinalada pelo humanismo que assegure a pluralidade de ideias e o respeito aos valores da convivência ética marcada pela liberdade, solidariedade e justiça. Baseia-se, portanto, em princípios que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição: (a) Autonomia Universitária; (b) Flexibilidade, (c) Trabalho e pesquisa como princípios educativos, (d) Avaliação permanente e, (e) Participação efetivado aluno, (f) Relação da educação superior com a educação básica

A execução de tais princípios, no escopo da licenciatura em Letras - Língua estrangeira em Bragança, dar-se-á de modo difuso na estrutura do curso de forma transdisciplinar, posto que tais princípios estão na base de toda a elaboração da engenharia curricular. De forma mais

específica, os princípios materializam-se nas mais diversas disciplinas do currículo, conforme texto de suas ementas e bibliografias, consolidando a associação ensino, pesquisa e extensão. O aspecto interdisciplinar se concretiza na possibilidade de articulação de atividades e práticas curriculares do curso com disciplinas e atividades de outros cursos oferecidos no campus de Bragança bem como de projetos de ensino, pesquisa e extensão em execução. A natureza das disciplinas também sugerem a exploração das ciências de contato que abrangem as áreas da: educação, história, filosofia, antropologia psicologia, sociologia, antropologia, política, tecnologia, entre outras. No âmbito da aquisição de uma língua estrangeira ? Língua Inglesa elencam-se disciplinas que fomentam e consolidam as competências linguística (nos domínios teóricos e procedimentais) e Literária. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática ? essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade (PARECER CES, 2001).

Os estudos lingüísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. A participação efetiva dos alunos pode se evidenciar nas atividades práticas ao longo do currículo, na participação em projetos e é consolidada nas atividades de Estágio Supervisionado. A relação da Educação superior com a Educação Básica se expressa nos enfoques que as atividades curriculares priorizam (em tratar com ênfase este lócus) e nas atividades de Estágio.

Esta proposta curricular considera ainda que o mundo contemporâneo é marcado pela aceleração tecnológica e pela influência dos meios de comunicação de massa. Esses fatores modificaram as maneiras de aprender e interagir no mundo ao descentralizar as formas de transmissão e circulação do saber e constituem um âmbito de socialização através de mecanismos de identificação e projeção de estilos de vida, comportamentos e padrões de conduta, em função dos quais o currículo proposto neste PPC.

A dimensão ética do curso remete ao compromisso com uma formação profissional e cidadã ampla e humanística para além dos conhecimentos técnicos e teóricos necessários. A formação balizada por princípios éticos propõe-se a levar os alunos a refletirem sobre os valores arraigados nas modalidades de organização das sociedades, vivenciar valores de cooperação, respeito, comprometimento, que possibilitam uma melhor compreensão do outro. Um curso que trabalha as formas de linguagens envolve naturalmente a percepção de costumes e formas de expressão de culturas diferentes, portanto prepara para uma abertura e diálogos interculturais, baseia-se nos princípios de universalização do conhecimento;

respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica das diferentes comunidades linguísticas; pluralismo de ideias e de pensamento. Com efeito, o conteúdo (normas, valores, princípios) da moral varia historicamente, adquirindo inúmeras feições ao longo do processo civilizatório. O compromisso deste Projeto Pedagógico é formar cidadãos na sua ampla acepção e, ser cidadão, nessa perspectiva, é respeitar e participar das decisões coletivas a fim de melhorar sua vida e a da sua comunidade. O desrespeito a tais direitos por parte do Estado, de Instituições ou pessoas, gera exclusão, marginalização e violência.

O campus de Bragança alinha-se com os princípios gerais norteadores da instituição - UFPA em relação ao processo educacional e seus princípios didático-pedagógicos, que corresponde à integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Organiza-se didaticamente sob os seguintes critérios: (a) seguir as diretrizes definidas nos respectivos projetos pedagógicos dos cursos; (b) organizar os currículos da graduação em núcleos temáticos que abriguem desde os Fundamentos e Princípios relativos à área profissional, até o Núcleo Profissional, os Temas Complementares/ Correlatos, a Produção Científica (Monografias/TCC); (c) promover a investigação cultural, científica e tecnológica com fins educacionais mediante programas de apoio institucional, de parcerias com agentes nacionais e estrangeiros; (d) assegurar a flexibilização dos currículos e evitar carga horária excessiva para que permitam a interdisciplinaridade e a integração com outras áreas; viabilizar a inserção de mecanismos de flexibilização nos recursos instrucionais do processo de ensino-aprendizagem a fim de enriquecer as possibilidades e estimular a prática de pesquisa, do fazer autônomo e da independência que favorece o sujeito criativo, inovador; (e) garantir oportunidades de vivências/experiências reais/concretas, para cujo objetivo os Estágios e os Programas de Extensão representam alternativas interessantes, uma vez que eles constituem um componente curricular que propicia a articulação entre teoria e prática; (f) criar oportunidades reais para a integração da pesquisa e da extensão ao ensino, por intermédio de programas e projetos de pesquisa e de extensão em que se permita ao aluno o contato com o mundo real e os conflitos/demandas próprios ou correlatos à sua área de formação, quando terá a oportunidade de interceder, seja para criar e inovar, seja para mediar e propor soluções e modos de pacificação social; (g) implementar programas/projetos para a formulação e implementação de Metodologias Inovadoras visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem, particularmente nos programas das licenciaturas e na sua relação com a educação básica; (h) adotar e difundir a modalidade de educação a distância na formação de profissionais de graduação e pós-graduação, assim também como um instrumento coadjuvante nos projetos pedagógicos de cursos presenciais, uma vez que, apresentando-se como um mecanismo tecnológico inovador de grande repercussão e interesse social, oferece

larga dimensão no acesso à informação.

A instituição, estimula estudos e desenvolvimento de inovações pedagógicas, seja em nível de percurso curricular, seja na geração de novas metodologias e material didático, com estreito envolvimento dos alunos, prestando apoio financeiro (recursos de custeio e/ou bolsa) à comunidade acadêmica, via programas como PROINT, PAPIM e monitoria. Somam-se a esses programas o projeto de institucionalização do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) na UFPA como uma estratégia para incorporação e difusão dos avanços tecnológicos no ensino. A institucionalização de TIC requer uma mudança de postura, o rompimento de resistências. Nesse sentido, o projeto, que tem apoio financeiro da CAPES/UAB, aborda a produção, a disponibilização e a divulgação de recursos didáticos midiáticos entre os docentes, tendo como catalizadores os docentes que possuem maior experiência (PDI-UFPA, 2011-2015).

4.2 OBJETIVO DO CURSO

4.2 Objetivos do curso

A elaboração deste projeto pedagógico para o curso de Letras Língua Inglesa pautou-se na crença de que uma instituição formadora tem a possibilidade de, por meio de sua atuação político-pedagógica, contribuir para a construção de uma sociedade melhor, em seus diversos aspectos (sociais, econômicos, científicos e humanos).

Alinhado a estas concepções, o objetivo do curso de língua inglesa da faculdade de letras de Bragança é formar profissionais para exercerem a docência no ensino fundamental e médio em instituições públicas e privadas, em cursos livres de idiomas, em escolas técnicas, entre outros ambientes educacionais. Pretende-se também desenvolver profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar crítica e objetivamente com a linguagem humana a partir das suas variedades orais e escritas, além de torná-los conscientes de sua inserção na sociedade e da construção das relações de troca que estabelecem com os outros. O trabalho com diferentes linguagens deverá evidenciar que a época atual é caracterizada pela presença marcante da tecnologia e dos meios de comunicação de massa, que interferem nos modos contemporâneos de ver e sentir a realidade ao gerar novos processos de apreensão, convivência e circulação dos eventos sociointeracionais (PARECER CES 0492, 2001)

Dentre seus objetivos, o curso de licenciatura em Letras Língua Inglesa deverá oferecer oportunidades para que os alunos ? futuros professores do ensino fundamental e médio ? se preparem para contribuir para que a escola supere o impasse ora existente e possa se inserir nos processos de mudanças que atravessam a nossa sociedade. Nesse sentido, o curso deverá trabalhar com as diversas semioses possíveis, inclusive as advindas das novas tecnologias da informação, que invariavelmente se instauram no processo de interação social.

Finalmente, o curso de Letras Língua Inglesa tem como objetivo formar profissionais, com base no ?(...) pressuposto de que a formação só é possível se a mesma estiver assentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (...)? (CADERNOS DA PROEG, nº 7, p.40).

4.3 PERFIL DO EGRESSO

Em conformidade ao PDI (2011-2015) da Instituição e do Parecer CES 0492 de 03 de abril de 2001, espera-se construir uma identidade profissional pautada na ética e que permita ao egresso possuir um repertório de informações e habilidades compostas pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultantes do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado além de compreender a educação como processo emancipatório, crítico e contínuo e que: (a) consiga exercer sua práxis de forma interdisciplinar dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; (b) esteja apto a à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério; (c) tenha a percepção da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania; (d) possa atuar profissionalmente no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica; (e) trabalhe na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica; (f) domine os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; (g) promova e facilite relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; (h) identifique questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, seja competente no uso das Tecnologias de Informação e

Comunicação (TIC); (i) saiba usar efetivamente as diferentes variedades da Língua Estrangeira e reconhecer o objeto de seu estudo nas modalidades oral e escrita, em diferentes situações de interlocução, levando em conta as condições de produção do discurso; (j) seja capaz de descrever e compreender sua estrutura e funcionamento, além de refletir teórica e criticamente sobre a linguagem e suas manifestações socioculturais; (k) faça uso dos recursos tecnológicos que podem ser colocados a serviço do ensino-aprendizagem da LE estudada; (l) contribua para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; (m) demonstre consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras; (n) participe da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação.

Nesta perspectiva, além de formar futuros profissionais em Língua Estrangeira, o curso de Letras Língua Inglesa pretende formar cidadãos engajados no fazer social, de maneira mais completa e significativa percebendo a língua alvo como instrumento de inclusão no mundo globalizado e de seu compromisso com os fundamentos pedagógicos de sua formação docente. Assim, o licenciado em Letras Língua Inglesa deverá ser um profissional linguisticamente competente e comprometido com os valores da sociedade democrática da qual faz parte.

4.4 COMPETÊNCIAS

É importante salientar que, antes de elencarmos as competências requeridas neste curso, façamos um breve esclarecimento do conceito. Segundo Moretto (2002:56), as competências são um conjunto de habilidades e ou atitudes harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam, por exemplo, uma função ou profissão específica.

Desta forma, espera-se que o egresso do curso de Letras Língua Inglesa seja/possa:

- Capaz de atuar de forma interdisciplinar dando relevância e significados aos conhecimentos;
- Capaz de integrar a pesquisa e extensão em sua prática pedagógica;
- Capaz de perceber a instituição em que atua promovendo a cidadania;
- Conhecer o trabalho da gestão escolar e atuar profissionalmente na organização e gestão das instituições da educação básica;

- Promover o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no processo educacional respeitando as diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, família e comunidade;
- Dominar o uso da Língua Inglesa, em suas modalidades oral e escrita, favorecendo a produção e compreensão de textos;
- Assumir uma postura investigativa, integrativa e propositiva identificando questões e problemas socioculturais e educacionais;
- Ser competente no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Refletir teórica e criticamente sobre a linguagem e suas manifestações socioculturais, psicológicas, educacionais, históricos, políticas e ideológicas;
- Assumir uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme destacamos anteriormente, o propósito essencial deste projeto de curso é desenvolver competências para uma educação de qualidade, reafirmando a responsabilidade pública desta instituição de ensino, tendo por base a reflexão sobre os fatos que constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino e, por isso, este projeto apoia-se em uma visão integradora e indissociável entre teoria e prática, e tem como enfoque pedagógico a noção de que o processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa bem como da formação do docente em questão é dinâmico e está sujeito a mudanças constantes. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos neste processo também são dinâmicos e agentes dentro e fora deste sistema. Logo, a relação entre eles ocorre de forma não linear e imprevisível, pois já não cabe mais a responsabilidade somente ao professor de prover o conhecimento necessário à formação do discente. O próprio discente estabelece outras relações fora do contexto do curso e da universidade, o que promove diferentes cenários de aprendizagem e, estes devem ser levados em consideração na formação deste profissional.

A partir deste delineamento entendemos a necessidade de estabelecer os procedimentos

metodológicos que nortearão o desenvolvimento das ações propostas neste currículo em conformidade às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) e o Caderno 7 da PROEG (2005). Esses procedimentos comungam com as competências estabelecidas para a construção de uma identidade docente libertadora que permita a integração dos conhecimentos oriundos da academia e da experiência do sujeito em formação.

Para que possamos assegurar a construção dessa identidade faz-se necessário que o diálogo seja um dos elementos fomentadores nesta relação triádica, assim, construiremos uma relação mais democrática em que os alunos possam dialogar com outros saberes visando ações formativas mais sólidas rompendo com o paradigma da racionalidade técnica.

Alinhado com a perspectiva da transformação pelo diálogo, a pesquisa torna-se essencial na construção dessa identidade e na produção de novos conhecimentos capacitando o nosso egresso a desenvolver uma percepção mais acurada da realidade da instituição que atuará e da própria realidade para que possa intervir por meio de ações integradoras e éticas. Logo, compreendendo que teoria e prática são indissociáveis a pesquisa poderá promover ações extensionistas por parte dos discentes. Essas ações poderão se materializar pela adoção do pluralismo de espaços e estratégias de ensino, em que a aula tradicionalmente expositiva pode ser redimensionada para uma visão mais problematizadora e dialógica proporcionando noções menos fragmentadas do conhecimento e da própria prática docente.

Em consonância com o Art. 89, par. 3 do Regulamento da Graduação, de modo a envolver o aluno mais ativamente no processo, o docente deve apresentar e discutir com os discentes, no primeiro dia de aula, o programa da atividade curricular e apresentar o respectivo plano de ensino. Plano esse que deverá ser elaborado e discutido com seus pares no período de planejamento previsto no calendário acadêmico desta subunidade ou no início de cada período letivo, por meio de reuniões coletivas onde será impreterível a participação dos alunos do curso. Ademais, este planejamento prévio não se configura inflexível podendo ser negociado com os discentes envolvidos no processo com o objetivo de promover o diálogo permanente.

Para dirimir possíveis problemas já detectados nesses últimos cinco anos, algumas ações foram pensadas. Dentre elas, a implementação de dois projetos (um de pesquisa e outro de extensão). O de pesquisa trabalha com vistas a ajudar o discente em formação a desenvolver sua capacidade de percepção sobre sua própria formação, o que poderá colaborar para uma participação mais integradora e menos inclusiva na instituição em que irá atuar. O de extensão busca incentivar o discente a criar, elaborar e executar atividades que promovam a autonomia desses discentes enquanto aprendizes de língua. Outras ações dizem respeito a

realização de oficinas, minicursos, palestras e cursos realizados pelos e para os alunos como parte de ações extensionistas.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

O currículo do curso organiza-se por três (3) núcleos: Núcleo Básico (1.365 horas), Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (1.635 horas) e Núcleo de Estudos Integradores (200 horas), os quais serão descritos a seguir:

Núcleo Básico - Tem como objetivo desenvolver as competências básicas sobre o caráter sócio-histórico da língua, conceitos básicos dos estudos literários e domínio no uso da língua inglesa bem como compreensão da evolução histórica dessa língua para construir solidez teórico-prática.

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos - Tem como objetivo contemplar situações de aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de potencialidades e o enriquecimento teórico-prático do processo formativo. Nele concentram-se as atividades curriculares dos seguintes eixos: Investigação e Reflexão dos fenômenos acadêmico - científicos, Trabalho docente, princípios educacionais e diversidade cultural, Formação de professor, processos formativos e educativos e Formação de Professor e Organização da Prática Pedagógica. Para atender a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012, o curso de língua inglesa abordará temáticas pertinentes aos seus preceitos, principalmente, nas disciplinas de: a) Psicologia da Educação onde são enfatizados, entre outros, aspectos da dignidade humana; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades (ao abordar, por exemplo, as diversas formas de aprender, os estilos diferentes de ensino e de aprendizagem, as múltiplas inteligências, a afetividade e a inclusão; b) Avaliação e Currículo em que são abordadas as tendências e questões atuais do currículo em diferentes níveis e contextos de ensino, público e privado, as diferentes formas de avaliação que tomam por base a dignidade humana e as diferenças individuais; c) Política e Gestão Educacional, na qual são enfatizados a igualdade de direitos e a laicidade do estado, a democracia na educação, sustentabilidade ambiental e a comparação entre contextos educacionais (por exemplo, ao abordar a educação no campo, as legislações que regem o processo educacional

nacional e as instituições, etc.). Desenvolve também estudo e compreensão do contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo a partir da década de 60, trata da política Educacional na legislação e enfatiza Aspectos Étnico-raciais na educação, além da relação entre Política Ambiental, Cidadania e Políticas Públicas de Educação no Brasil, as Políticas de Inclusão e as políticas relacionadas ao ensino de Línguas Estrangeiras; d) Antropologia da Educação que aborda em perspectiva ampla o conceito de cultura, o Etnocentrismo e relativismo, a questão da diversidade, além dos conceitos de classe, etnia, gênero e religião na escola e em espaços não escolares; e) Estágio supervisionado IV que propõe um projeto interdisciplinar envolvendo a língua inglesa permeando questões ambientais, interculturais, étnico raciais, gênero, inclusão, direitos humanos e cidadania (temas estes, tratados em outras etapas de estágio). Para atender a Resolução N° 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. as atividades curriculares centrais são a) Antropologia Educacional que lança o olhar antropológico sobre a educação, sobre a Escola, como ambiente de aprendizagem e formação cotidiano, além dos conceitos de Classe, etnia, gênero e religião na escola e em espaços não escolares. Trata também da Educação no campo, e; b) Política e Gestão Educacional por tratar da educação do campo onde se incluem a educação indígena e a quilombola que se pautam na relação do homem com o ambiente onde se insere na perspectiva da educação. Esta atividade curricular visa desenvolver o pensamento crítico com vistas a potencializar esta atividade humana e avaliar os projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino; c) Estágio Supervisionado IV que propõe um projeto interdisciplinar envolvendo a língua inglesa permeando questões ambientais, interculturais, étnico raciais, gênero, inclusão, direitos humanos e cidadania. Outras perspectivas da educação ambiental que permeiam a estrutura do curso e seus projeto e estão para além do meio ambiente físico são: a) a relação entre o meio natural , o sócio econômico e cultural sob o enfoque humanista, democrático e participativo; b) o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas que são amplamente discutidos em diversas atividades curriculares do programa do curso; c) o fomento a uma visão sistêmica e integrada do entorno sócio-cultural que sempre é estimulada nas relações de aprendizagem; d) o desenvolvimento das relações entre ética, educação; e) o estímulo à postura crítico-reflexiva transformadora dos desafios ambientais; f) respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriethnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária. Para atender a RESOLUÇÃO N° 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estão destinadas algumas das

atividades curriculares, exemplificadamente: a) Política e Gestão Educacional que desenvolve estudo e compreensão do contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo a partir da década de 60, trata da política Educacional na legislação e enfatiza Aspectos Étnico-raciais na educação. Relação entre Política Ambiental, Cidadania e Políticas Públicas de Educação no Brasil. Políticas de Inclusão e políticas relacionadas ao ensino de Línguas Estrangeiras; b) Estágio supervisionado IV que propõe um projeto interdisciplinar envolvendo a língua inglesa permeando questões ambientais, interculturais, étnico raciais, gênero, inclusão, direitos humanos e cidadania.

É importante mencionar que o teor de tais resoluções não se esgota em atividades curriculares pontuais e fragmentadas de um currículo, mas constituem uma filosofia de trabalho que se estende durante e para além do curso e das paredes da universidade.

Núcleo de Estudos Integradores - espaço dedicado à participação em projetos de iniciação científica e projetos de extensão orientados pelo corpo docente da universidade; participação em eventos científicos e publicações de trabalhos bem como a realização das atividades optativas.

Cada núcleo é composto por eixos que se organizam em atividades curriculares, conforme mostra o quadro do desenho curricular do curso em anexo.

Na tentativa de responder positivamente ao percurso curricular delineado serão observados os seguintes princípios curriculares:

Orientação: o quadro de docentes vinculados ao curso de Língua Inglesa deverá prover orientação acadêmica para guiar os alunos em suas escolhas acadêmicas, de acordo com o percurso que desejem seguir;

Interdisciplinaridade: as atividades articularão conceitos de diversas áreas de estudo por meio de seminários interdisciplinares, buscando relacionar interesses recíprocos e mútuos dos interessados. (FAZENDA, 1993);

Docência e codocência: entenda-se como codocência as atividades de orientação desenvolvidas no campo do estágio supervisionado, realizada por dois professores orientadores simultaneamente para atender a demanda de alunos por turma. Os docentes formadores deverão contribuir para a construção conjunta de conhecimentos e para a articulação entre teoria e prática;

Pesquisa: as atividades de pesquisa deverão levar ao autoconhecimento e à construção de novos saberes que serão compartilhados com a comunidade;

Complementação dos saberes: as atividades ofertadas em um mesmo módulo devem obedecer a um princípio de complementaridade entre os diferentes saberes;

Possibilidade de os alunos terem aproveitamento de estudos no desenho curricular, conforme artigo 37, seção 1, cap.II, do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA: alunos que ingressam o curso de língua inglesa e que possuem proficiência no idioma e, desejam pedir aproveitamento nas atividades curriculares de Língua Inglesa (I, II, III e IV) deverão realizar exames de proficiência em Língua Inglesa até o 4º nível de língua. Os critérios gerais e específicos para a emissão dos pareceres sobre a proficiência serão oportunamente estabelecidos em resolução especificamente criada para esse fim.

Quanto à organização curricular, o curso apresenta um total de 3.200 horas de atividades curriculares, aqui divididas em núcleos, sendo: 3000 horas de atividades formativas do núcleo básico e do núcleo de aprofundamento e diversificação. Nesses núcleos concentram-se as 610 horas de Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPCC) bem como as 420 horas de estágio supervisionado; a esses núcleos também concentram-se as 320 horas de atividades de extensão distribuídas ao longo do percurso; as 200 horas (núcleo integrador) de atividades complementares estão organizadas em torno de disciplinas optativas e atividades de cunho científico-acadêmico-cultural (encontros, seminários, congressos, oficinas, minicursos, participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, dentre outras atividades) e compõem o núcleo de estudos integradores

Na perspectiva da formação continuada, a FALE oferece as oportunidades de pós graduação lato sensu com o curso TRADLE de Tradução, Leitura e Compreensão de Textos Acadêmicos. Este projeto de especialização (em curso), que exige competência em Língua Inglesa conta com significativo número de egressos do Curso de Licenciatura em Língua Inglesa; O Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui carga horária equivalente a 60h e deverá obedecer ao que dispõe o Regulamento da Graduação a partir do Artigo 79 ao 83. o TCC será desenvolvido no âmbito das discussões sobre as observações realizadas nos estágios, oficinas que despertem a atenção dos alunos para suas intenções de pesquisa, projetos em

curso nos quais os alunos estejam engajados e coletando dados. Na disciplina de Metodologia da Pesquisa do Inglês (75h), o aluno desenvolverá seu projeto redigido em língua inglesa, e o apresentará para uma banca em um seminário organizado pelo docente responsável da disciplina. E finalmente, durante a atividade curricular denominada Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno deverá elaborar o seu trabalho em língua inglesa sob a supervisão de seu orientador, bem como torná-lo formalmente público, mediante defesa pública em língua inglesa perante banca examinadora constituída minimamente por dois docentes incluindo o orientador.

Desta forma, a Faculdade orientará para a execução do trabalho seguindo as orientações elencadas a seguir:

- O discente deverá elaborar seu TCC no formato de um artigo científico que deverá estar de acordo com a regulamentação interna da faculdade.
- O TCC será elaborado individualmente e, poderá ser em dupla, excepcionalmente, conforme Art. 80 do Regulamento da Graduação;
- O trabalho deverá ser escrito em língua portuguesa e apresentado em língua inglesa;
- O discente deverá elaborar seu TCC no decorrer do curso e finalizá-lo no oitavo semestre (8º) quando matutino e nono semestre (9º) quando noturno;
- O discente deverá escolher uma das linhas de pesquisa do curso e propor sua temática;
- A definição do orientador deverá compatibilizar o quanto possível aos eixos temáticos e linhas de pesquisa, segundo a disponibilidade dos orientadores;

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser examinado por uma Banca proposta pelo orientador, com os seguintes membros: Orientador (Presidente da Banca), mais 01 (um) professor do quadro docente desta IFES, podendo ser este um convidado externo.

A organização das defesas é de responsabilidade da Faculdade de Letras, que definirá o calendário das defesas, ao final do período letivo, num evento próprio denominado ?Seminário de Defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso?.

A defesa de TCC poderá ser antecipada conforme o término do trabalho do aluno, tendo como requisitos básicos: a) que o concluinte não esteja devendo nenhuma disciplina; b) que o discente solicite e justifique a antecipação com motivo demonstrando a impossibilidade de defender no prazo do calendário definido pela Faculdade de Letras, devendo esta última fazer a devida análise do pedido.

A avaliação da defesa será subordinada aos critérios constantes na ficha de avaliação definida pela Faculdade de Letras.

Somente será aprovado, o discente que obtiver, no mínimo, conceito Regular na avaliação da defesa do TCC. No caso do discente não ser aprovado no primeiro exame de defesa, a Banca

poderá dar o prazo de até 30 dias para reformulação do TCC, quando novamente será submetido a novo exame.

Nos casos de plágio apontado e comprovado pelo orientador, o TCC deverá ser encaminhado ao Conselho da Faculdade. Em se confirmando o ilícito, o discente perderá o direito de concluir este trabalho, ficando automaticamente reprovado. Deverá matricular-se novamente e solicitar nova orientação.

Por ser o TCC um trabalho de natureza acadêmica, o aluno do Curso de Língua Inglesa poderá optar em desenvolver seu trabalho, sob a co-orientação de um professor orientador de outra Faculdade desta IFES, desde que haja disponibilidade de docente. A possibilidade de orientação por professor que não pertença ao corpo docente da FALE-Bragança é prerrogativa do conselho da faculdade, analisadas todas as circunstâncias envolvidas. Pretende-se com isso proporcionar ao aluno a possibilidade de conversar com outras áreas que não somente àquelas relacionadas ao ensino de língua inglesa favorecendo o conhecimento interdisciplinar e/ou multidisciplinar.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A partir das reformas educacionais brasileiras nos anos 1990, advoga-se que toda mudança na educação deve-se pautar em uma mudança na formação de professores. Para tanto, a noção de currículo baseado em competências, marcando a formação como processo de preparação para o trabalho e a vida torna-se a questão central na formação de professores. Como resultado desse novo olhar, os currículos dos cursos de licenciatura tem buscado se adaptar às exigências da legislação ao mesmo tempo que empenham-se em construir uma identidade docente que vise a construção de saberes teóricos e práticos, entendendo teoria e prática como indissociáveis nessa formação. Logo, entende-se que este processo é contínuo e deve ser articulado com a prática pedagógica no contexto escolar (cf. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008).

O Estágio Curricular Supervisionado, nesta proposta curricular, inclui em sua estrutura maior atividades de observação, regência e proposta de intervenção e terá um caráter pragmático e consolidador das atividades curriculares teórico-práticas acompanhadas de reflexões socializadas por meio de relatos, seminários e relatórios conforme implementadas no fluxograma, durante toda a trajetória do curso. Os campos de estágio serão ambientes formais, mais especificamente as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública

municipal, estadual e particular do município de Bragança. Enfatizamos que as práticas de estágio são acompanhadas de discussões mediadas pelo docente, nas quais decorrem leituras e discussão dos textos sugeridos na bibliografia no intuito de subsidiar as reflexões e melhor compreensão da realidade em estudo.

Ressaltamos que devido a particularidade no funcionamento das atividades curriculares no Campus Bragança (Modular), que se diferenciam do contexto da sede, a realização do estágio pelos discentes deste curso ocorrerá, sempre que necessário, no contra-turno, ao longo do período letivo, possibilitando, assim, que o discente possa vivenciar a escola de forma responsável e efetiva.

Assim, o Estágio Supervisionado tem como objetivo contribuir para uma formação mais sólida a partir dos seguintes princípios:

1. Exercício da observação e análise da realidade educacional brasileira tendo como ênfase os seguintes aspectos:

- O processo de constituição histórico-cultural dos sujeitos envolvidos e da prática pedagógica realizadas na escola;
- As bases epistemológicas do conhecimento escolar e da própria construção de saberes docentes;
- Os princípios teórico-metodológicos que envolvem as atividades de ensino e aprendizagem em amplo espectro (métodos, avaliação, inclusão, acessibilidade, interações humanas, etc);
- O reconhecimento das necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade referente à educação;
- O conhecimento de modalidades de gestão e supervisão escolar, documentos e programas de apoio governamentais nas esferas municipais, estaduais.

2. Exercício da prática docente na educação básica.

Esses exercícios podem culminar na elaboração e produção de materiais sobre o processo realizado com o objetivo de comunicar e divulgar a análise dos resultados obtidos. Mediante a realização desses exercícios, é possível redimensionar o sentido convencionalmente atribuído às ações inerentes ao estágio docente tais como:

- Investigação sobre o processo educativo, organizacional e de gestão educacional;
- Realização das primeiras aproximações com a escola para observação e levantamento de informações e dados;
- Discussão e análise do material de campo;
- Planejamento, avaliação, criação e uso de textos, recursos tecnológicos e materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social

e cultural da sociedade brasileira;

- Definição do problema e elaboração de um projeto de intervenção;
- Desenvolvimento do projeto de intervenção e avaliação;
- Comunicação e divulgação dos resultados obtidos.

Este estágio configura-se como componente obrigatório da organização curricular deste curso atendendo às orientações da Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, totalizando uma carga horária de 420h distribuída em quatro momentos e implementados a partir do quinto semestre letivo do curso. Cada estágio será desenvolvido levando em consideração campos fundamentais para a formação profissional dos acadêmicos do curso de Letras Língua Inglesa. O Estágio Supervisionado I ocorrerá no quinto bloco (5º) com 105h, e irá dialogar com as discussões feitas na atividade curricular Política e Gestão Educacional no terceiro semestre. Nesse estágio, os discentes terão a oportunidade de se familiarizar com a organização do contexto de investigação e gestão escolar, projeto político pedagógico da escola e os sujeitos que compõem esse contexto. O Estágio Supervisionado II (105h) ocorrerá no sexto (6º) semestre para o diurno) e no sétimo para o noturno. Este envolverá a compreensão da prática de ensino nas aulas de língua inglesa e a compreensão dos fenômenos educacionais em sua perspectiva pragmática bem como o início da regência de classe para reflexão dos aspectos que envolvem uma aula. O Estágio III (105h) ocorrerá nos sétimo (7º) e oitavo (8º) bloco, para o diurno e noturno, respectivamente. Nessa etapa, os discentes continuarão a regência de aulas nos diferentes segmentos da escola básica, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP1 de 18 de fevereiro de 2002; Resolução CNE/CP02 de 30 de julho de 2015). Desse modo, o aluno terá condições de vivenciar o contexto escolar de forma mais dinâmica e efetiva, permitindo a construção do conhecimento de caráter mais autônomo. O Estágio Supervisionado IV será realizado no oitavo (8º) e nono (9º) semestres para o diurno e noturno, respectivamente. Este terá um caráter intervencionista, em que os discentes terão de propor um projeto de ensino que contribua para o aprimoramento do ensino de língua inglesa na educação básica.

O Estágio Supervisionado entendido como tempo de aprendizagem envolvendo atividades teórico-práticas (cf. Resolução 4074, de 29 de Outubro de 2010, Art. 11) e considerando o quantitativo de alunos por turma (30 alunos), assume neste PPC o formato de disciplina na totalidade da carga horária destinada a cada modalidade, seguindo a orientação da Resolução 4.074/2010-CONSEPE. Portanto, para cada disciplina serão lotados dois professores orientadores. As experiências profissionais dos discentes no exercício da docência nos níveis e modalidades atendidos por este PPC serão aproveitadas conforme estabelece a Resolução CNE/CP 1/2006.

As ações de execução do estágio serão acompanhadas constantemente pelo professor, supervisor do estágio, para orientar e auxiliar em eventuais dúvidas didático-metodológicas, assim como propiciar um ambiente de segurança e otimismo entre os acadêmicos. Nesse sentido, os projetos de intervenção serão elaborados a partir da realidade educacional (problemas verificados no processo de ensino-aprendizagem da Língua Inglesa), vivenciada e observada no espaço da sala de aula, a partir da prática pedagógica adotada pelos professores e das necessidades educacionais e cognitivas dos alunos. Estas ações poderão ser melhor entendidas a partir das atividades elencadas a seguir:

- a) acompanhamento de leituras sobre teorias de ensino, teorias de aprendizagem, fatores que podem influenciar a aprendizagem e o ensino (estilos pessoais, motivação, atitudes, crenças, contextos de ensino); políticas públicas de ensino, desenvolvimento pessoal e profissional; metodologias de ensino; estratégias e instrumentos de investigação / observação de aulas /; avaliação (inclusive elaboração de testes);
- b) visitas a escolas da comunidade para identificação, criação, ampliação e manutenção de campo de estágio para os alunos;
- c) acompanhamento dos alunos ao campo de estágio para verificar o uso dos instrumentos de observação, a elaboração dos relatórios de observação ou a regência e a co-regência;
- d) coordenação de encontros para discussão e reflexão sobre as experiências dos estagiários nesse campo de estágio;
- e) negociação para identificação, proposição, planejamento e implementação de ações de intervenções didático-pedagógicas;
- f) acompanhamento dos estagiários na elaboração de ações de intervenção: identificação e elaboração de objetivos de aprendizagem, criação e adaptação de materiais e atividades didáticos, preparação de sequências didáticas;
- g) acompanhamento dos estagiários na implementação das intervenções didáticas por meio de observação e documentação da observação de suas ações;
- h) coordenação das discussões e reflexões sobre as ações e sobre a validade e a adequação de ações de intervenção exógenas;
- i) acompanhamento dos estagiários e professores (especialmente professores) na validação e no processo de adoção de ações didático-pedagógicas, ou de ações similares;
- j) acompanhamento dos estagiários (e professores, se for o caso) nas reflexões durante os momentos de planejamento das aulas, de ensino e de discussão sobre as aulas dadas/observadas, para orientá-los na identificação de possíveis discrepâncias entre suas ações e suas posições teóricas; re-orientar leituras; propor ações exploratórias para ajudá-los no exame de posições teóricas diferentes, para ampliar seu repertório e instrumentalizá-los

para uma tomada de posição teórica de forma mais consistente;

k) acompanhamento dos estagiários em seu desenvolvimento linguístico e na aquisição do discurso didático-científico no processo de produção escrita dos documentos inerentes ao desempenho da função de professor e no processo de falar sobre suas experiências, de as correlacionar ao corpo teórico da área.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares (AC) têm a obrigatoriedade determinada pela Lei 9.394, de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e pela Resolução n. 4.399, de 2013, do CONSEPE, que aprovou o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA. O Artigo 3º da LDBEN assevera que o ensino deve ser ministrado com base na valorização da experiência extraescolar, dentre outros princípios. São atividades de caráter teórico e prático capazes de propiciar o enriquecimento curricular da formação do educador enfocando temáticas relevantes acerca da conjuntura educacional e outros eixos temáticos de interesse do graduando. Desta forma, estas serão efetivamente realizadas no contexto do Núcleo de Formação Complementar, que compreende duas dimensões norteadoras: Atividades Científicas-Culturais Complementares (110h) e Atividades Curriculares Optativas I (45h) e II (45h), somando uma carga horária total de 200 horas (duzentas horas)

Em conformidade ao que dispõe o Regulamento da graduação, algumas atividades complementares serão definidas neste Projeto Pedagógico e outras poderão ser aprovadas pelo Conselho da Faculdade respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais. Casos omissos serão resolvidos pelo Conselho da FALE. Os alunos poderão vivenciar de maneira diferente dependendo das escolhas ao longo de seu percurso. Contudo, deverão registrar a realização dessas atividades na Secretaria da FALE, mediante preenchimento de documento específico para esse fim, comprovando-as por meio de certificados, atestados, declarações etc.

As disciplinas não obrigatórias ou optativas serão ofertadas pela FALE como optativas I e II ao longo do percurso curricular, compreendendo carga horária de 45 (quarenta) horas cada, totalizando 90 horas. Neste sentido, os discentes terão a oportunidade de cursar duas disciplinas optativas, em períodos específicos, conforme o desenho curricular do curso e seu interesse.

As demais atividades complementares, com carga horária de 110 (cento e dez) horas deverão ser incrementadas durante todo o curso por meio de mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, com estudos e práticas independentes, presenciais e/ ou à distância, tais como:

- monitorias, mini cursos e estágios extra-curriculares;
- programas/projetos de iniciação científica;
- programas/projetos de extensão;
- programas/projetos de iniciação à docência;
- participação em cursos, oficinas, congressos e afins;
- participação em projeto de pesquisa como voluntário ou bolsista;
- participação em projeto de extensão como voluntário ou bolsista
- participação em eventos internacionais, nacionais e regionais;
- apresentação de trabalhos em eventos internacionais, nacionais e regionais;
- organização de eventos científico-culturais;
- publicação de artigo;
- disciplinas extracurriculares;
- representação estudantil em órgãos colegiados da UFPA.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Ao pensar a formação como um processo de integração entre teoria e prática, este projeto de curso se articula de forma que se desenvolva competências necessárias para uma formação profissional que vise uma educação de qualidade, reafirmando a responsabilidade pública desta instituição de ensino, tendo por base a reflexão sobre os fatos que constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino. Desta forma, reiteramos os princípios que norteiam a construção deste projeto e justificam a prática docente consoante ao que afirma a Resolução CNE/CP 2, de 01 de julho de 2015.: (a) a aquisição de habilidades e competências para atuar de maneira eficiente nos mais diferentes níveis e interfaces da educação; (b) a construção de sua formação acadêmica de maneira ampla e integrada, onde dialoguem os conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, materializados por meio da socialização e construção de conhecimentos,

no diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Com o objetivo de atendermos a esses princípios e consolidarmos nossas ações formativas elencamos as atividades a seguir que tem como foco principal a prática vivenciada nas escolas. Nessas atividades, os alunos terão a oportunidade de vivenciar o contexto escolar e desenvolver conhecimentos oriundos da experiência acadêmica e da praxis pedagógica. São elas:

- Prática de Compreensão e Produção Oral em inglês (45h)
- Prática de Compreensão e Produção Escrita em inglês (45h)
- Prática de Gêneros e Materiais de Ensino de Inglês (45h)
- Prática de Recursos Tecnológicos no Ensino/Aprendizagem de Inglês (30h)
- Prática de Literatura e Ensino e Aprendizagem do inglês (30h)
- Prática de Autonomia e Motivação (40h)
- Metodologias de ensino do inglês (10h)
- Linguística Aplicada ao Inglês I (10h)
- Linguística Aplicada ao Inglês II (10h)
- Avaliação e currículo (10h)
- LIBRAS (10H)
- Política e Gestão Educacional (10h)
- Psicologia da educação (10h)
- Antropologia da educação (10h)
- Fundamentos da educação (10h)
- Metodologia da pesquisa na área do inglês (20h)
- Língua Inglesa V (85H)
- Língua Inglesa VI (85h)
- Língua Inglesa VII (95h)

No total, essas atividades correspondem a 610h, ultrapassando o mínimo exigido de 400h de práticas como componente curricular.

As atividades que compõem o currículo obrigatório serão realizadas desde o primeiro semestre, em que o aluno poderá se iniciar na docência experimentando a prática por meio da pesquisa, estudo de casos, elaboração de materiais e atividades que visem a familiarização deste com o ensino e aprendizagem da língua inglesa.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

O Curso de Língua Inglesa propõe-se a desenvolver atividades de pesquisa e extensão em conformidade com o Art. 61 do Regulamento da Graduação e as orientações da RESOLUÇÃO CNE/CP 01 de 18 de fevereiro de 2002 e da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Desta forma, as atividades integradas ao projeto pedagógico do curso permitirão a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências previstas no processo de formação do futuro egresso.

A Organização Curricular do Curso de Língua Inglesa prevê carga horária específica para a realização dessas atividades integradas, em que professores e alunos poderão refletir de forma mais concisa em relação à teoria e prática. Essa reflexão/ação permitirá a consolidação de construtos teóricos ou conhecimentos científicos advindos da experiência acadêmica. É importante ressaltar que tais ações permitirão a transposição didática mais efetivamente. Dentre as estratégias traçadas para tornar esta prática realizável, elencamos as seguintes:

Incentivar a criação de projetos de pesquisa,

Auxiliar na obtenção de recursos junto às agências de financiamento (CNPq, FINEP, empresas públicas e privadas, etc),

Incentivar e valorizar a produção científica do corpo docente e discente em publicações de diferentes modalidades,

Incentivar o envolvimento dos alunos em projetos de pesquisa, preferencialmente como bolsistas de iniciação científica,

Incentivar e apoiar a participação de docentes e alunos em eventos científicos, incentivar a formação de grupos de pesquisa, implementar um curso de especialização em Ensino e Aprendizagem de Línguas inglesa; e buscar intercâmbio com pesquisadores de outros campi e outras instituições.

Neste contexto, serão sugeridas as seguintes linhas de pesquisa:

Ensino-aprendizagem de Língua Inglesa como LE;

Estudos Culturais e Literatura Anglófona;

Estudos Culturais e Ensino-aprendizagem de LE;

Discurso e ensino-aprendizagem de LE;

Novas tecnologias no ensino-aprendizagem de línguas;
Formação de Professores, Identidade e Complexidade;
Motivação e Autonomia na aprendizagem de LE;
Material didático e ensino de LE;
Educação Linguística do docente de Língua Inglesa;
Crenças do professor de Língua Inglesa;
Processos cognitivos na aprendizagem de Língua Inglesa;
Estágio Supervisionado na formação do professor de Língua Inglesa;

Na busca de integrar o ensino à pesquisa e vice-versa é que, atualmente, o curso de Letras-Língua Inglesa conta com um projeto de pesquisa denominado "Processos de aconselhamento no ensino e aprendizagem de línguas, formação de professores, motivação, autonomia e complexidade?". Este projeto visa compreender a relação entre os processos de ensino e aprendizagem na formação dos alunos-professores de Língua Inglesa, isto é, os alunos-professores que encontram, de alguma forma, dificuldades na aprendizagem da língua inglesa recebem o apoio de conselheiros que orientam para o desenvolvimento de comportamentos mais autônomos bem como colaboram para a compreensão desses alunos sobre o processo motivacional deles. Este e outros projetos propostos pelos docentes desta Faculdade permitirão aprimorar o processo formativo do profissional de Letras por meio da participação voluntária ou remunerada (bolsista) dos alunos nos grupos de estudo e/ou pesquisa. Para que isto se efetive concretamente, os alunos interessados em desenvolver pesquisa em uma das áreas do Curso serão convidados a participar dos grupos de estudo e/ou pesquisa. Isto permitirá um amadurecimento acadêmico profissional que se refletirá em sua produção acadêmica no final do Curso.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A elaboração deste PPC alinha-se com a prerrogativa de dedicar um mínimo de dez por cento (10%) da carga horária total do curso às atividades de extensão (REGULAMENTO DA GRADUAÇÃO, Art. 63, p.02). Neste sentido, um total de 321 horas foi distribuída pelas atividades curriculares, como o objetivo de criar sinergia no ensino e pesquisa de graduação e pós-graduação e em suas relações com a sociedade propiciando o conhecimento objetivo da realidade social na qual a instituição se insere e a natureza das demandas sociais às quais precisa e deve responder a fim de cumprir a contento as suas funções (PDI, 2011-2015).

Além deste vinculação das horas de extensão nas atividades curriculares que compõem o desenho do curso, Durante a formação, os trabalhos e/ou resultados obtidos a partir das atividades de pesquisa também se transformarão em atividades de extensão nas formas de oficinas, seminários, palestras e minicursos apresentados pelos alunos a estudantes e professores das redes oficiais de ensino da região bragantina e municípios circunvizinhos.

É relevante destacar o trabalho que estamos desenvolvendo nos projetos de extensão, por meio dos quais os alunos do curso de Letras Língua Inglesa participam ativamente como bolsistas ou voluntários, a fim de desenvolver ações voltadas tanto à melhoria do ensino nas escolas do município (acompanhamento a alunos com dificuldade de aprendizagem e em preparação para PSS; leitura dramatizada de textos, exibição de filmes, oficinas de produção de textos, etc.) quanto ao fomento da formação das técnicas e habilidades de pesquisa dos alunos.

Como uma das atividades extensionistas, previmos para o segundo semestre de 2011, o II Colóquio de Língua Inglesa de Bragança (II CLIB), e para o primeiro semestre de 2012, a implantação do Curso de Línguas da UFPA Bragança (CLUB) . O CLIB teve sua quinta (5ª) edição no segundo semestre de 2017. Os cursos livres, entretanto, ainda estão em fase de planejamento tendo em vista que o Campus de Bragança ainda está se estruturando fisicamente para atender a essa demanda.

Também contamos com a Jornada de Letras que é um evento destinado aos alunos da graduação, pós-graduação, docentes desta IFES e externos. A Jornada teve sua oitava (9ª) edição realizada no segundo semestre de 2017.

O CLUB atenderá a uma parte significativa da comunidade universitária (alunos de graduação de diferentes cursos, bolsistas de Iniciação Científica, professores, pesquisadores e funcionários da UFPA) e do público em geral (comunidade externa), por meio da oferta de cursos que promoverão o desenvolvimento das quatro habilidades languageiras (compreensão e produção oral e escrita) em Língua Inglesa. Paralelamente, o projeto do CLUB será utilizado como laboratório de ensino para os alunos da graduação em Letras Língua Inglesa. É necessário ainda enfatizar que essa iniciativa dará aos alunos a oportunidade de construir e aperfeiçoar sua prática pedagógica, tal como preconizar os princípios de base dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Educação.

Historicamente, os alunos da FALE, mais especificamente de Língua Inglesa, têm desfrutado de vários e relevantes projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão como foi o caso do Projeto Fulbright de assistentes de ensino americanas que integraram as atividades de ensino implementando competências linguísticas e interculturais (2012-2013-2014); O projeto LIFE (2013 - 2014- 2015 - 2016) de monitoria em que alunos do Curso de Inglês ministraram

aulas de Inglês Instrumental aos alunos de outros cursos do campus de Bragança; O Projeto INFO-LIFE (2013-2014) de extensão, também gerenciado por monitores do curso de Língua Inglesa, O projeto Audio-Visual em parceria com o Curso de Língua Portuguesa (em vigor desde 2013 com alternadas coordenações de docentes dos cursos de letras e ativo até a presente data) , O Brush Up Round of Talks (jornadas de palestras ministradas por professores) sobre temáticas de relevo para a formação (2015-2017). Em 2016, a UFPA - PROAD/PROEX aprovou o projeto de extensão PROLIN: Programa de Proficiência em leitura em Língua Inglesa, que visa a certificação de competência em leitura de textos acadêmicos em Inglês para fins de seleção de cursos de Pós Graduação estrito senso. Este programa já realizou três avaliações com apresentação de crescente demanda de candidatos de vários municípios e estados. Atualmente, o curso também conta com o projeto de auto acesso intitulado Ba3 Bragança - Base de apoio à aprendizagem autônoma. Este projeto visa desenvolver a auto direção, autonomia e conscientização do aluno em relação às suas próprias estratégias de aprendizagem, para que ele seja capaz de traçar metas e realizar escolhas para obter êxito na vida acadêmica e profissional. Do ponto de vista epistemológico, a autonomia e motivação orientam os procedimentos teórico-metodológicos deste projeto. Outro projeto implantado foi o "Inglês vai às escolas: uma experiência participativa de alunos do curso de Língua Inglesa do 8º semestre na disciplina Estágio Supervisionado na escola básica", com vigência entre 2017-2018. Este projeto acontece na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rio Caeté e atende os alunos desta instituição com aulas efetivas de inglês como língua estrangeira. Os alunos que participam deste projeto desenvolvem atividades pedagógicas com o objetivo de integrar as orientações dos PCN's à sala de aula de língua inglesa. Este é um projeto que visa o desenvolvimento do docente de forma integradora e parceira, uma vez que contamos com o apoio da escola na realização deste.

Encontra-se em discussão, a implantação em breve futuro, de dois projetos de extensão da FALE - Letras Inglês, que visam oferecer à comunidade interna e externa oportunidades adicionais de formação. O primeiro seria um curso livre de Língua Inglesa, o qual possibilitaria aos alunos da graduação a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos sobre a prática pedagógica colaborando para a ampliação de suas reflexões sobre ensinar e aprender uma LE. Este atenderia as comunidades internas e externas. O segundo seria o MODLIN (Monitoria para docência no curso de Língua Inglesa), o qual tem como objetivo auxiliar na formação docente dos alunos do curso no interior das disciplinas que compõem este projeto pedagógico. Estes projetos são valiosas ferramentas de contribuição para uma formação mais sólida, ampla e interdisciplinar dos alunos do curso e também de serviços à

comunidade local.

Alguns desses programas, projetos, cursos, eventos, produções e publicações, além de prestação de serviços com características extensionistas, serão cadastrados no Sistema de Gerenciamento das Ações Extensionistas (SISAE). Ao formalizar as ações extensionistas, o PPC do curso de Letras Língua Inglesa pretende criar oportunidade para seus alunos concorrerem às bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX). A quantidade de horas aproveitadas em cada atividade será aprovada por resolução do Conselho da Faculdade de Letras de Bragança.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A política de inclusão das instituições educacionais devem ser pensadas para reger o convívio entre os homens sem a "tendência de reforçar a discriminação e a criar territórios que classificam e hierarquizam os cidadãos justamente a partir de suas diferenças" (PAULON, FREITAS e PINHO, 2005). Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da instituição educacional ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições. A Educação Especial é definida, a partir da LDBEN 9394/96, como "uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino". Esta definição permite desvincular "educação especial" de "escola especial". Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado.

Dentro da UFPA é direcionada a partir da Coordenadoria de Acessibilidade ? CoAcess da UFPA criada a partir do desmembramento do antigo Núcleo de Inclusão Social ? NIS. A CoAcess é uma coordenadoria ligada a Superintendência de Assistência Estudantil ? SAEST e tem como objetivo garantir a acessibilidade necessária aos alunos com vários tipos de necessidades especiais e transtornos (Alunos com Transtorno do Espectro Autista; Transtornos Funcionais Específicos; Alunos com Altas Habilidades/Superdotação), no intuito de promover a sua permanência na universidade e contribuir para a implementação de políticas acessíveis no âmbito da UFPA e objetivando garantir a eliminação de barreiras

atitudinais, arquitetônicas, de comunicação e informação, de tecnologias assistivas e pedagógicas para o público-alvo atendido pela Coordenadoria de acessibilidade ? CoAcess.

A política de Inclusão pode então ser avaliada sob duas óticas neste PPC. A primeira diz respeito ao provimento de iniciativas que contemplem o princípio da Inclusão Social por parte dos Conselhos das Subunidades Acadêmicas: (nas propostas curriculares de seus cursos) e por parte da Administração Superior, o provimento de recursos orçamentários e financeiros que garantam condições favoráveis indispensáveis à realização das orientações inclusivas, a partir de demanda informada a cada período letivo (PROEG-REGULAMENTO DA GRADUAÇÃO, CAPÍTULO XIII, Art. 112). Inserem-se aqui os recursos didático-pedagógicos; acesso às dependências das Unidades e Subunidades Acadêmicas; pessoal docente e técnico capacitado; A segunda refere-se oferta de Cursos que contribuam para o aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas do profissional egresso.

Por ser este um curso de licenciatura comprometido com a formação de profissionais para atuar prioritariamente no sistema de ensino básico, o curso de Letras Língua Inglesa prevê a instrumentalização docente, de um lado, e discente, do outro. Em outras palavras, implica a criação de estratégias tanto para receber e ensinar esses alunos ao longo da graduação quanto para preparar os futuros professores de Língua Inglesa para lidar com as diferentes necessidades de seus próprios alunos. Pensa-se aqui em necessidades que vão desde os diferentes estilos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade até alunos portadores de necessidades especiais.

Este PPC propõe como plano de ação docente, neste caso, o apoio didático-pedagógico de profissionais da Educação Especial aos professores do curso de Letras Língua Inglesa, fora e dentro da sala de aula. No âmbito discente, uma ação prevista neste projeto é a inclusão da atividade curricular que cobre os conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (Decreto n.º 5.626, publicado no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 2005) além de abordar este tema de forma particular nas atividades curriculares Psicologia Educacional, Política Educacional e no Estágio II. Entendemos que cursos de extensão universitária durante simpósios, congressos ou fóruns também podem constituir espaço para a instrumentalização dos graduandos no ensino aos portadores de necessidades especiais. É essencial que o exercício social e profissional dos agentes do processo educacional esteja sustentado por uma rede de ações interdisciplinares, que se entrelacem no trabalho com as necessidades educacionais especiais dos alunos. O campus de Bragança também abriga um núcleo do projeto de pesquisa INCLUDERE - Estudos e pesquisas sobre currículo e formação de professores na perspectiva da inclusão - gerenciado pela faculdade de Educação, que como projeto \"guarda-chuva\" trabalha diversificadamente as questões

relacionadas à inclusão (implementação da formação docente, empoderamento de comunidades escolares , etc). E atualmente está em desenvolvimento a criação de um Núcleo vinculado ao NIS no campus de Bragança para atender toda a comunidade acadêmica.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O planejamento do trabalho docente acontecerá no início de cada período letivo, respeitando o que for estabelecido no calendário acadêmico da instituição e ocorrerá por meio de reunião envolvendo a Direção da Faculdade, os docentes e discentes do curso e se organizará a partir dos eixos estruturantes do currículo.

Cada período letivo iniciará com a proposição de ações/atividades relacionadas aos temas suscitados, os quais serão discutidos no decorrer das disciplinas visando a reflexões e análises teórico-práticas que possam repercutir na melhoria da qualidade do fazer pedagógico. O período letivo finalizará com a socialização das produções dos professores e estudantes desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, apresentadas em forma de seminários, oficinas, feiras, colóquio, workshop e outros.

O curso de Licenciatura em Língua Inglesa será desenvolvido na modalidade presencial em 100% da sua carga horária total. O currículo de formação desse profissional deve estabelecer a relação entre a realidade dos contextos onde se desenvolve o trabalho educativo e as disciplinas e atividades desenvolvidas no percurso formativo do curso. Objetiva-se com isso, a articulação dos conhecimentos teóricos à investigação/reflexão de temas e questões relevantes ao desenvolvimento profissional, cultural e pessoal dos discentes.

No âmbito metodológico reconhecemos a pesquisa como instrumento de diálogo e estratégia formativa para a construção da identidade docente visando formar o aluno investigativo e reflexivo aliando sua formação teórica aos saberes/fazeres da experiência construídos nos espaços educativos escolares e não escolares Favorecendo, portanto, ao discente condições de construir a capacidade analisar, levantar hipóteses explicativas e propor soluções para as diferentes situações educacionais percebidas e vivenciadas.

Como exercício da transposição didática, pretende-se fomentar as seguintes estratégias metodológicas:

- Pesquisas bibliográficas
- Relatos de experiência
- Estudos de Caso
- Seminários

- Produção de textos escritos e orais
- Elaboração de projetos de intervenção
- Elaboração de artigos científicos
- Oficinas
- Minicursos
- Palestras

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.9 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

O objetivo de avaliar é o de conduzir ao caminho do aperfeiçoamento contínuo por meio de intervenções de análises críticas de uma ou um conjunto de ações. No universo acadêmico, a avaliação deve portanto generalizar-se pelos processos de ensino-aprendizagem, estruturação curricular e da instituição como um todo. A detecção de necessidades advindas destas análises centra-se acima de tudo na reorientação e em alcançar melhorias que se respaldem em um referencial. É neste sentido uma forma contínua e sistemática que não constitui um fim em si mesma.

Assim pensada a avaliação deve ser processual, circular, visando ajudar os agentes envolvidos a entenderem melhor os processos de aprender, ensinar, analisar criticamente e avaliar suas ações. A avaliação deve ter o compromisso com a formação integral da pessoa, considerando que as experiências vividas e a singularidade de cada um constituem o ponto de partida para a aprendizagem que se constrói nas relações sociais dos mais diversos contextos.

Estes são princípios gerais aplicáveis a todos os âmbitos da avaliação e constatados na execução deste projeto

Alguns sistemas de regulação e orientação da avaliação norteiam processos em âmbitos mais abrangentes. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Estrutura-se com base em princípios fundamentais como: (a) responsabilidade social com a

qualidade da educação superior; (b) reconhecimento da diversidade do sistema; (c) respeito à identidade, à missão e à história das instituições; (d) globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; (e) continuidade do processo avaliativo

7.10 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Mais do que um mero instrumento de contabilização dos erros e acertos em relação ao desempenho e sua representação por meio de notas e conceitos, a avaliação da aprendizagem, no entendimento que se construiu até a contemporaneidade, deve ser diversificada em suas modalidades, flexível, negociada e pertinente às diversificadas situações contextuais, objetivando fundamentalmente uma intervenção formativa do discente de modo a propiciar certificações, diagnósticos, formações ,etc. Deve estimular a criticidade do próprio aluno sobre suas práticas e construção de competências nos níveis teórico e prático ? a autoavaliação ? além de sua atuação acadêmica em atividades científicas, culturais, de pesquisa e extensão. Parece-nos coerente que tais dimensões sejam incluídas não só porque a diversificação de experiências formativas constitui hoje exigências do mercado de trabalho, mas, sobretudo, porque tal diversificação prepara o sujeito para lidar com diferentes demandas da vida profissional? (CADERNOS DA PROEG, no 7, p.57).

No que tange a periodicidade, fica estabelecido, de forma institucionalizada uma avaliação qualitativa e quantitativa das atividades curriculares realizadas em cada disciplina, ao final de cada módulo, semestre, ou bloco de disciplinas concomitante com o planejamento das atividades curriculares subsequentes previstas neste PPC, envolvendo todos os docentes.

7.11 AVALIAÇÃO DO ENSINO

A Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) atribui ao Governo Federal a responsabilidade de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, incumbindo-o de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e dos estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, art. 9, VIII e IX).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ? SINAES, instituído pela Lei

10.861 de 14 de abril de 2004, tem por objetivo ?assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do artigo 9o, VI, VIII e IX, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? Inep é o responsável pela avaliação do ensino superior no Brasil. No âmbito do SINAES, o Inep realiza um conjunto de avaliações integrando três modalidades principais de instrumentos avaliativos, aplicados em diferentes momentos:

(1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES). é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação: (a) auto-avaliação e (b) avaliação externa;

(2) Avaliação do Ensino na Instituição (AVALIA). Docentes e discentes avaliam o processo de ensino nos cursos de graduação por meio de um questionário disponível no SIGAA para identificar aspectos favoráveis e desfavoráveis na aprendizagem auxiliando na definição de estratégias para superar os pontos fracos do ensino na instituição;

(3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Estudos amostrais junto a estudantes do final do primeiro e do último ano do curso.

Os resultados dessas avaliações constituem o ?referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação? (Lei 10.861, art. 2, parágrafo único). Para operacionalizar os processos de avaliação interna nas Instituições de Ensino Superior, o SINAES estabelece que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação - CPA, obedecendo às seguintes diretrizes: (1) constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; (2) atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

A UFPA possui a sua Comissão Própria de Avaliação, a CPA. O propósito da CPA-UFPA é tornar a prática da avaliação institucional uma ação norteadora na tomada de decisões, gerando reflexão permanente das ações na Universidade. Pretende-se, assim, fortalecer as relações da Universidade com a comunidade interna e com a sociedade civil, enfatizando que o propósito da auto-avaliação na UFPA tem caráter globalizante ? porque envolve: institutos, faculdades, núcleos e a comunidade que pode e deve utilizar os benefícios que a UFPA gera, a partir dos seus cursos e de todas as outras atividades universitárias ? e interativo, vez que o processo e sua síntese deverão promover a integração das leituras e das atividades institucionais, entendidas como partes que se interagem. A Proeg da UFPA tem sua Diretoria de Ensino formada pelas coordenadorias de Avaliação e Currículo(CAC), de Acompanhamento das Atividades Docentes (CAAD), de Apoio ao Discente(CADIS) e de Educação Básica e Profissional(CEBP). Essas sub-unidades atuam em todos os seguimentos do ensino e trabalham em sintonia para o aperfeiçoamento das atividades de Ensino e Gestão Acadêmica na Universidade. A referida Diretoria de ensino propõe, acompanha e avalia as políticas de ensino de graduação da UFPA em articulação com as Unidades de Subunidades acadêmicas. Além de manter permanente diálogo com os Institutos, Faculdades e Campi, na busca do aperfeiçoamento das políticas de Ensino. Para realizar esta função a Proeg utiliza junto aos campi os seguintes instrumentos: 1) Avaliação dos Componentes Curriculares; 2) Avaliação da Vivência Acadêmica - aspectos gerais da Universidade; 3) Avaliação dos Cursos, por Coordenadores de Graduação, Coordenadores de Pós-Graduação; 4) Avaliação da Biblioteca e; Avaliação da Comunidade Externa.

7.12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico como objeto de avaliação contínua e permanente pode ser compreendido em dimensões mais amplas ou mais específicas.

Em um sentido mais específico, este projeto pedagógico será avaliado sob três pontos de vista: o ponto de vista do discente, o ponto de vista do docente e o ponto de vista do próprio projeto pedagógico. A avaliação será feita com o apoio da plataforma online da PROEG e de avaliação dos resultados com representantes discentes, professores e técnicos em assuntos educacionais para avaliar o desenvolvimento do projeto, pelo menos uma vez a cada dois anos letivos. Os problemas detectados por intermédio desse procedimento avaliativo deverão ser sanados por meio de ações

planejadas e contínuas das unidades e subunidades.

Em sentido mais amplo, a avaliação do projeto pedagógico não deve se restringir a observar o desenvolvimento do aluno; há também a necessidade de avaliar o desempenho do docente e o processo de ensino-aprendizagem, a fim de que se possa ter uma noção exata do percurso acadêmico seguido, da eficácia da estrutura pensada para a construção das competências e da identidade pretendidas pela proposta de curso, em uma tentativa de melhorar cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem. Ressaltamos a atuação do Núcleo Docente Estruturante nesta função e reforçando a eficiência na prática docente. O Conselho da Faculdade de Letras compromete-se a promover uma avaliação parcial do projeto a cada dois anos e, se necessária, uma reformulação após cinco anos.

O corpo discente será regularmente convidado a expressar sua opinião sobre: o curso e sua estrutura curricular, a atuação dos docentes, a comunicação entre os alunos e a coordenação do curso, a estrutura física da faculdade e a utilização dos espaços educativos (laboratórios, salas de aula, bibliotecas e demais ambientes), etc.

8 INFRAESTRUTURA

8.13 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Ana Lilia Carvalho Rocha	Doutor	Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa e Literatura	Dedicação Exclusiva
Cileia Alves Menezes	Mestre	Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa e Tradução	Dedicação Exclusiva
Ewerton Gleison Lopes Branco	Mestre	Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa e Tradução	Dedicação Exclusiva
Karina Figueiredo Gaya	Mestre	Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa	Dedicação Exclusiva
Kelly Cristina Marques Gaignoux	Mestre	Formação do professor, Identidade e Metodologia de ensino da Língua Inglesa	Dedicação Exclusiva
Marcus Alexandre Carvalho de Souza	Mestre	Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa e Tradução	Dedicação Exclusiva
Silvia Helena Benchimol Barros	Doutor	Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa e Tradução	Dedicação Exclusiva

8.14 TÉCNICOS

José de Arimatéia Oliveira Gomes - Secretario da Faculdade

8.15 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
salas de aula amplas, refrigeradas e bem iluminadas com janelas basculantes	Sala	40	Aula	2
diretoria para trabalhos administrativos internos e atendimento restrito a alunos. com 2 terminais de computadores, split de refrigeração, duas mesas (postos de trabalho), cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e telefone com ramal.	Sala	5	Administrativa	1
laboratório de informática com terminais para utilização de aulas e para uso dos alunos em situação de pesquisa	Laboratório	50	Aula	1
sala de professores: refrigerada com estações de trabalho para os professores, com mesas e terminais de computadores.	Sala	10	Reunião	2
O Laboratório de Linguagem - LABRA funciona atualmente com trinta mesas de computadores e uma de professor. Na mesa do professor há dois computadores que gerenciam todas as atividades em progresso nas mesas dos alunos. Utilizamos o software SANAKO que possibilita trabalhar, de forma interativa, aspectos da língua inglesa como, por exemplo, estudo fonológico, interação verbal e compreensão e produção oral por meio de softwares e planos de ensino elaborados com esta finalidade pedagógica e utilizando-se deste suporte instrumental.	Laboratório	30	Aula	1
Secretaria integrada, funcionando com horários rotativos integralmente para atendimento dos alunos de todas as licenciaturas, incluindo Letras. Funciona no prédio administrativo no térreo com cinco mesas com computadores e impressoras, armários verticais de madeira, telefone com ramal, duas centrais de ar, um bebedouro, dois computadores para acesso imediato pelos alunos.	Secretaria	10	Administrativa	1

8.16 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
diretoria para trabalhos administrativos internos e atendimento restrito a alunos. com 2 terminais de computadores, split de refrigeração, duas mesas (postos de trabalho), cadeiras giratórias alcochoadas, armários, arquivo de ferro e telefone com ramal.	mesa	Cedido	1	Mesas com computadores e cadeiras para funcionários e de atendimento
O Laboratório de Linguagem - LABRA funciona atualmente com trinta mesas de computadores e uma de professor. Na mesa do professor há dois computadores que gerenciam todas as atividades em progresso nas mesas dos alunos. Utilizamos o software SANAKO que possibilita trabalhar, de forma interativa, aspectos da língua inglesa como, por exemplo, estudo fonológico, interação verbal e compreensão e produção oral por meio de softwares e planos de ensino elaborados com esta finalidade pedagógica e utilizando-se deste suporte instrumental.	mesa	Cedido	30	para uso dos discentes como laboratório de linguagem
	computador	Cedido	32	30 para as mesas dos discentes e 2 para o professor
sala de professores: refrigerada com estações de trabalho para os professores, com mesas e terminais de computadores.	mesa	Cedido	4	sala com 4 mesas, computadores e impressoras. estação de trabalho docente
salas de aula amplas, refrigeradas e bem iluminadas com janelas basculantes	quadro magnético	Cedido	1	equipamento de sala de aula acompanhado de mesa para uso de docente e 40 cadeiras/mesas para alunos

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer CNE/CES n°. 329/2004.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer CNE/CES n°. 67, 2003

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Parecer do Conselho Nacional de Educação

(CNE)/CES 583/2001;

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 1, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 2, [uração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior], 2002

BRASIL, Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CP nº. 2, Alteração do Art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, [que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena], 2004

BRASIL, Constituição da Republica federativa. 1988, Artigos 205 -214.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação para o Projeto Político Pedagógico;

BRASIL, Lei 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental, 1999

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação / LDB nº. 9.394, 1996. Capítulo VI - Art.43 a 67

BRASIL, MEC. Portaria MEC nº. 2253 [Disciplinas não-presenciais], 2001.

BRASIL, MEC. Portaria MEC nº. 3284 [Portadores de Necessidades Especiais], 2003.

BRASIL, MEC. Resolução CNE/CP nº1 [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana], 2004.

BRASIL, Plano Nacional de Educação /PNE, 2014.

BRASIL, Resolução Nº. 3.186, 2004.

BRASIL, Senado Federal, Projeto de Lei do nº. 473 (substitutivo), [Dispõe sobre o Estágio de estudantes] 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Diretrizes curriculares para os cursos de graduação da UFPA, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011-2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Regulamento do Ensino de Graduação, 2008/2013.